

O PREFIXO SEGUNDO O CRITÉRIO DA PRODUTIVIDADE

Paulo Mosânio Teixeira Duarte

Resumo

Este artigo pretende apresentar criticamente abordagens referentes aos prefixos, nomeadamente os critérios baseados no parâmetro da produtividade. Após apresentar estes pontos de vista, concluímos não serem eles suficientes por si sós para identificar o prefixo, porque não são estruturais.

Palavras-chave: monem; lexema; prefixo; produtividade.

Abstract

This paper aims to present in a critical way the approaches concerning prefixes, namely the criteria based on productivity, prefix-preposition correspondence, operative perspective. After presenting these points of view, we conclude that they are not enough by themselves to identify prefix, because they are not structural.

Key-words: moneme; lexeme; prefix; productivity.

1 INTRODUÇÃO

O prefixo tem sido objeto de enfoques os mais diversos, conforme os modelos teóricos vigentes em lingüística e as diferentes abordagens, que determinam objetos distintos, a saber: a) o critério transformacional; b) o critério da produtividade (em termos de número), nas duas versões: oposição inventário limitado/inventário ilimitado; a formação de palavras em série; c) o critério morfo-semântico; d) o critério baseado na operacionalidade do conceito de raiz. Na impossibilidade de discorrer sobre todos esses critérios, limitamo-nos a este último, em suas diferentes versões.

Esperamos, assim, contribuir para iluminar este setor dos estudos morfológicos. Pautam-nos as seguintes questões: até que ponto são tangíveis, coerentes e estruturais os

critérios adotados? Em que medida são estes critérios compatíveis com os dados lingüísticos? Não apreendem entidades cujo comportamento lingüístico assume caráter nitidamente heterogêneo?

2 PROPOSTAS BASEADAS NO CRITÉRIO DA PRODUTIVIDADE

2.1 Critério baseado na oposição inventário limitado/inventário ilimitado

Martinet e Pottier lançam mão da estatística na investigação do processo de criação lexical. Concebem a produtividade em termos de número, diferentemente de Aronoff (1976), que a formula estruturalmente, considerando as características morfológicas das bases, a coerência semântica e o bloqueio.

Martinet funda sua teoria nas unidades de primeira articulação a que chama monemas, divididos em gramaticais (ou morfemas) e lexicais (ou lexemas). Eis como os caracteriza:

Lexicais são os monemas que pertencem a inventários ilimitados; gramaticais, os que nas posições consideradas, alternam com um número relativamente restrito de outros monemas. (1973: 121)

Os afixos são considerados lexemas, conforme se deduz da passagem abaixo:

Poderia hesitar-se em incluir os afixos entre os lexemas, a pretexto de que em geral eles não são objecto de artigo próprio nos dicionários. Mas isso seria dar excessiva importância a uma tradição nem sempre respeitada, e mais vale referir-nos à realidade lingüística, que em última análise determina o comportamento dos lexicógrafos. Consiste o ponto em saber se devem ou não incluir-se os afixos entre as modalidades. Serviu-nos acima de critério para distinguir lexemas e morfemas o carácter ilimitado dos inventários destes últimos, e naturalmente convém ver

se o mesmo se aplica aqui. Precisemos que não se trata de saber se é ou não possível contar exactamente os monemas susceptíveis de aparecerem em dado contexto, mas sim se o monema pertence a uma série aberta (que hoje talvez comporte um número reduzido de unidades, mas susceptível de aumentar) ou a uma série fechada tal que o número dos elementos que comporta não possa variar sem que daí resulte uma reorganização estrutural: não se procura saber quantos sufixos há em português susceptíveis, como **-inho**, de formar substantivos a partir de substantivos tradicionais, porque eles constituem um sistema suficientemente elástico para a cada passo poder aparecer novo sufixo do mesmo tipo sem lhes afetar o valor nem os empregos. Inteiramente diverso é o caso de sistemas como os do número ou do artigo em português, em cada um dos quais há apenas duas unidades opostas, de modo que, em caso de necessidade, se tem forçosamente de escolher entre singular e plural, entre definido e indefinido. Num casos destes, qualquer unidade nova teria de arranjar lugar à custa das unidades tradicionais. Implica isso que, uma vez realizadas as condições determinantes do emprego de certo tipo de modalidade, o locutor deve necessariamente escolher entre certo número de monemas: pode falar-se em português dum **cruzamento de ruas**, sem artigo antes de **ruas**; mas se se quiser valorizar na mensagem a noção de rua, empregar-se-á necessariamente **a rua** ou **uma rua**. Parece pois haver interesse em ver os afixos como um tipo particular de lexemas (1973: 137-8).

O discurso martiniano, quanto ao carácter lexemático dos afixos, não permanece unívoco. Noutra passagem, em tom menos radical, assevera:

Semanticamente pode resumir-se isso (isto é, a oposição entre modalidades e afixos) dizendo que o carácter dos afixos é mais central, menos marginal, que o das modalidades, donde decorre como corolário, no plano formal, que no grupo formado de lexema, afixos e modalidades, os afixos são geralmente mais centrais (quer dizer: contactam com o lexema) e as modalidades mais periféricas (isto é, separadas dos lexemas pelos afixos). Em resumo, a dificuldade que se apresenta em linguística geral para distinguir os afixos das modalidades resulta do facto de lexemas e morfemas representarem dois pólos que não excluem a existência de elementos intermédios, de especificidade maior que a das modalidades e a dos monemas funcionais, mas menor que a especificidade média dos lexemas (1973: 139)

Pottier, partindo também de uma fundamentação estatística, chega a resultados diferentes dos de Martinet. Ele

reconhece a classe dos lexemas e formantes, sobre os quais se exprime nestes termos:

*Baseando-se nas possibilidades combinatórias no interior de uma mesma classe de morfemas, distinguimos os **lexemas**, que pertencem a uma categoria com um grande número de variáveis (p. ex.: a partir de cinco mil em francês), e os **formantes** ou morfemas que pertencem a uma categoria com pequeno número de variáveis facilmente determinável (p. ex.: abaixo de cem)¹. (1962: 95)*

Como se vê, Pottier se apóia em dados de maior precisão numérica que os de Martinet. Recorre ao princípio estatístico porque rejeita a tradicional divisão entre vocábulos de conteúdo nocional e vocábulos vazios deste conteúdo.

Uma vez estabelecida a distinção entre lexemas e formantes, conclui pela inclusão dos prefixos entre estes últimos. Seriam, pois, de natureza gramatical.

Parece-nos pouco convincente a posição de Pottier. Martinet é que oferece um ponto de vista mais ponderado, tomando-se naturalmente como referência a última passagem citada. Assiste razão a Galery, que se reporta à inserção do prefixo ora no léxico, ora na gramática, conforme os enfoques²:

Embora a classificação de Pottier nos pareça mais concreta e objetiva, é preciso admitir que os prefixos se acham de tal modo no limite entre léxico e a gramática, que variam de um para outro campo conforme o ponto de vista de que são considerados, ainda por linguistas de orientação semelhante. (1969: 32)

Se tomarmos, por exemplo, em consideração, a oposição entre inventário ilimitado e inventário limitado, que não é o mesmo que série fechada, conforme lucidamente esclarece Galery, os prefixos serão postos fora do domínio do léxico. Cremos todavia que, considerando o traço série aberta X série fechada, o prefixo ficaria mais realisticamente situado no domínio entre léxico e a gramática. Enquanto o número de artigos, por exemplo, não dá sinais de crescimento, o número de prefixos tende a aumentar, embora não em igualdade de condições com as unidades lexemáticas. Cumpre acrescentar que lexemas e afixos têm em comum o fato de se combinarem para formar novas unidades no léxico.

Mas voltemos a Pottier, cuja teoria interessa em particular, pois serviu de ponto de partida para vários estudos. Ele chegou a uma tipologia prefixal, que apresentamos abaixo:

- Zona 1: morfemas gramaticais semi-autônomos, de natureza quantitativa: **multimilionário**, **super-homem**, **bidimensional**.

¹ En nous fondant sur les possibilités combinatoires à l'intérieur d'une même classe de morphèmes, nous distinguons les **lexèmes** ou morphèmes appartenant à une catégorie à grand nombre de variables (p. ex.: à partir de 5.000 en français), et les **formants** ou morphèmes appartenant à une catégorie à petit nombre de variables facilement déterminable (par ex., au-dessous de 100).

² Para ilustrar a afirmação de Galery, citamos Lhorach (1981: 48), que, baseado nas idéias de Hjelmslev, oferece um quadro referente ao plano do conteúdo, do qual emergem as formas derivativas como pleremas marginais, por oposição aos centrais, que são os radicais; as marcas categoriais do verbo (morfemas extensos) e as do nome (morfemas intensos), pertencem à gramática.

- Zona 2: morfemas gramaticais quantitativos integrados, como **in-** negativo, em **indescritível** e **re-**, em **refazer**.
- Zona 3: morfemas gramaticais autônomos, que correspondem aos relatores: **sobrecarregar**, **encaixar**, **desmontar**.

As demais zonas concernem aos morfemas lexicais (Zona 4) e sufixais (Zona 5: os de aspecto e formulação do processo, Zona 6, os de grau e Zona 7, os sufixos de concordância).

Ficamos por entender por que **des-** é correspondente a um relator. Será simplesmente por questões de conteúdo, em virtude da noção de “em sentido contrário”, carreada pelo prefixo no verbo **desmontar**? A prevalecerem as bases semânticas, podemos enquadrar na Zona 3 exemplos como **superpor** e **interpor**, porque os morfemas iniciais equivalem a relatores, no plano do conteúdo. Indagamos também como seriam tratadas as formações em que os elementos iniciais equivalentes a relatores têm valor quantitativo, a exemplo de **sobrevalorização**. A demasiada intromissão de considerações semânticas perturba a exposição segura da doutrina de Pottier.

É de destacar-se também uma premissa inteiramente descabida, segundo a qual Pottier diferencia o prefixo do sufixo, nos seguintes termos: o primeiro estabelece subordinação e o segundo, coordenação (1962: 11). Para ele, uma formação como **belíssimo** equivale a **belo**, **belo**. Admitindo como verdadeira semelhante tese, é impossível explicar satisfatoriamente formações como **superfeliz** e **ultra-rápido**, em que os elementos iniciais configuram superlativo. O quadro de Pottier reflete perfeitamente a fragilidade de uma teoria cujo suporte é a produtividade, aliada a considerações de ordem semântica um tanto inconsistentes.

Terminemos esta seção, procedendo a um comentário geral sobre o critério ora em tela, comum aos autores aqui estudados. Ele deve ser meio auxiliar e não essencial para a identificação das unidades lingüísticas. É um instrumento ancilar e exterior. Como bem assinala Bessa em sua tese doutoral:

O critério da produtividade, em nosso entendimento, se presta, por exemplo, para aferir a vitalidade das regras de formação de palavras, sendo essa vitalidade refletida pela frequência dos elementos formativos nos outputs das regras. Adotando-se o critério da produtividade, poderíamos, igualmente, dizer que o elemento porta-, em porta-bandeira, se comporta como prefixo, porque recorre em número razoável de palavras do mesmo tipo. Esse exemplo poderá parecer absurdo, como, para nós, parece absurdo aferir a natureza lexical de um elemento por sua produtividade. Mas serve para evidenciar a inadequação de um critério, que revela

características exteriores às propriedades estruturais dos elementos lingüísticos. (1986: 225).

Por último, mencionamos a seguinte ressalva crítica, feita por Basílio, em conclusão a um estudo sobre fronteiras lexicais, na qual investe contra o critério da produtividade, na versão da formação em série:

É importante ressaltar, ao concluir este estudo, que aspectos como produtividade - refletidos em critérios como a ocorrência numa lista fixa de elementos disponíveis ou a alternativa da possibilidade de “formação em série” - não servem para decidir a questão prefixo/forma de composição, já que qualquer formação regular tem potencial indeterminado de recorrência e a frequência de uso, portanto, não pode se constituir em critério sólido de caracterização de unidades e fronteiras lexicais. (1991: 73)

A produtividade, diga-se de passagem, é vista sob ângulos diversos dos que referimos até aqui (cf. Corbin, 1987: 176). Jackendoff (1975), por exemplo, junta o critério da regularidade dos derivados construídos e o critério da quantidade. Aronoff (1976), por sua vez, estabelece três parâmetros para a ‘mensuração’ da produtividade: a) condições morfológicas sobre a operação de regras produtivas; b) coerência semântica; c) o fenômeno do bloqueio, que impede a existência de uma forma teoricamente possível, em virtude da existência de uma outra com a mesma função que a forma teoricamente possível exerceria. O certo é que, pelo menos para nós, a noção de produtividade, em termos de mero inventário, não resulta eficaz para um tratamento adequado dos elementos lingüísticos³.

2.2 O critério da formação em série

Não obstante a fragilidade do critério da produtividade, ele é adotado em diferentes versões, como esta de Galery:

Ao contrário de MARTINET, porém, não achamos econômico considerar que “os monemas que formam o composto existem fora de compostos: dos que entram nos derivados, há um que só existe em derivados - o tradicionalmente chamado afixo “. Acreditamos que pouco importa que um elemento exista ou não como forma livre (ou dependente). É prefixo tudo aquilo que se comporta como prefixo, isto é, que entra num número razoável de palavras, como elemento formador. Assim, entre- e contra- são prefixos, do mesmo modo que in- e re-, porque servem para formar numerosas palavras, ao contrário, por exemplo, de vaga, que só aparece em vagalume, talvez na etimologia popular vagamundo, e em mais dois ou

³ Há todavia quem descarte a noção de produtividade, como Corbin (1987: 177), por confusa e polissêmica. A autora julga por bem conservar somente a oposição entre processos morfológicos (afixação e conversão), cujas produções não atestadas, não contrariando as restrições lingüísticas impostas à aplicação de cada um, são lacunas acidentais, e aqueles que não podem servir senão para descrever produções atestadas.

três compostos pouco usados. Por conseguinte, um radical pode transformar-se em prefixo, em muitas formações. É o caso de certos elementos eruditos que passam à língua comum e se tornam produtivos - como auto- e talvez tele-, comportando-se como afixos. (1969: 35-6)

Sandmann (1989) adota também a produtividade, em termos de número, como critério. Para ele, prefixos e sufixos são formas presas, através das quais se podem formar palavras em série. Contudo, estabelece outros parâmetros, que merecem consideração à parte.

- Prefixos se unem a um radical na condição de adjuntos adnominais ou adverbiais; constituem o determinante da palavra complexa engendrada e não mudam a classe da palavra da base.
- Os sufixos, com exceção dos indicadores de grau, mudam a classe da palavra a que se adjungem; ao fazê-lo, constituem-se no determinado do produto da formação de palavras.

Para o autor, prefixação e sufixação se opõem nestes termos: a primeira tem função primordialmente semântica e a segunda, função principalmente sintática.

Procedamos à análise, item a item. Admitir que **re-** ou **pre-**, em **rever** e **prever**, por exemplo, assume função (que é da sintaxe) de adjuntos adverbiais, só faz sentido se, ao procedermos à conversão sintática, verificarmos a equivalência no plano do conteúdo. As mesmas formas podem inclusive assumir valores distintos, conforme sua ocorrência em outros contextos: **re-**, em **releitura**, significa “nova”; **pré-**, em **pré-estréia**, significa “anterior”. Em recorrendo ao plano do conteúdo, podemos dizer que o sufixo de grau, presente em **belíssimo**, também equivale a um adjunto adverbial de intensidade, no caso, “muito”. Seu valor semântico equivale inclusive ao de prefixos intensivos, como **super-**, em **superbello**.

As noções de determinado e determinante deixam de ser gramaticais para serem semânticas. De um prisma nocional, em **desejoso**, a idéia principal se sediaria no sufixo e não no radical. Em **prever**, por sua vez, a noção determinada se encontra no radical. Morficamente, contudo, em qualquer caso, o determinado coincide com o radical primário ou raiz.

Quanto ao propalado caráter não transcategorizador do prefixo, reconhecemos que ele apresenta tamanha saliência, que parece inquestionável. Chama-nos porém a atenção uma observação de Bessa (1978: 102) a propósito de um exemplo: **antitanque** (sinônimo de anticarro, arma, obstáculo, mina, empregados contra carros de combate). A base pertence à classe do nome, e a forma derivada, à classe do adjetivo.

Alves (1990: 24-5), que também usa o critério da formação em série, também observa o citado fenômeno e aduz vários exemplos de passagem de substantivo para adjetivo.

A solução deste problema é complexa e não nos ateremos à questão senão **en passant**. Uma saída é o zero sufixal, mais exatamente o uso do morfema zero (ou morfe zero, já que a ausência significativa é do plano da expressão). Porém, pelo artifício cômodo e **ad hoc** que representa, tem sido alvo de críticas por parte de eminentes lingüistas como Gleason (s/d: 80) e Elson e Pickett (1973: 67-8).

Corbin (1987: 121-39), em longa exposição sobre a parassíntese, lança luzes sobre o problema. Propõe um tratamento alternativo para a formação parassintética, com base em três exigências: a) dar conta da identidade formal entre o adjetivo prefixado e o adjetivo não-prefixado (antituberculoso/tuberculoso); b) dar conta da identidade semântica entre o adjetivo prefixado e o adjetivo não-prefixado (antituberculoso/ antituberculose); c) não aplicar senão um afixo por vez.

Examina duas hipóteses: a) sufixação seguida de prefixação; b) prefixação seguida de sufixação. A primeira não obedece à exigência b) e a segunda não se aplica à exigência a). Postula então um Princípio de Cópia:

Seja X uma base pertencente à categoria lexical C, Y e Z dois derivados, ambos pertencentes à categoria lexical C' (onde C' C'), tal que a estrutura deles seja a seguinte (p e s designam respectivamente um prefixo e um sufixo):

$$Y = [[X]_C (s)_{af}]_{C'}$$

$$Z = [[(p)_{af} [X]_C (s)_{af}]_{C'}]_{C'}$$

A seqüência superficial Xs de Z é estritamente idêntica a Y. (op. cit.: p. 136)

Fica para um outro trabalho o exame mais detido da proposta de Corbin. Voltemos à análise da proposta de Sandmann.

Quanto ao sufixo, há que se fazer alguns reparos. Primeiro: existem, conforme já salientado, sufixos não-transcategorizadores, que não apenas os de grau, a exemplos de **-edo**, em **arvoredo**, **-ado**, em **mestrado** e **consulado**. Segundo: Sandmann lança mão de meios equivocados para manter incólume a premissa de que o sufixo muda a classe da palavra. Assim, em **marmeleiro**, postula que o afixo final **-eiro**, por fazer da fruta uma árvore, muda a subclasse da palavra, embora não lhe mude a classe. O modo de conduzir a argumentação é confuso, uma vez que opõe classe, conceito gramatical, a subclasse, conceito de ordem semântica. É notório que a classe permanece a mesma em ambos os casos, tanto na base derivante quanto na base derivada. Seria bom saber como o conceito de subclasse explicaria formações do tipo **livraria**, **arvoredo**, **consulado**, **sapateiro**. Não se trata de exceções quaisquer, mas de casos que devem ser considerados, devido a sua extensão.

Como vimos, Sandmann não recorre apenas ao critério da formação em série, mas também estabelece crité-

rios adicionais para o distinguir prefixo de sufixo. Por conta destes parâmetros suplementares, chega a reconhecer a classe dos prefixóides, que configuram semiderivação. Caracterizam-se por assumir identidade formal com preposições e advérbios, não obstante diferenças quanto à distribuição. Falaremos disto a propósito do critério operacional de Basílio.

De todo o exposto, podemos concluir o seguinte relativamente ao nosso assunto: o critério da produtividade, em suas diferentes versões, não constitui parâmetro para nós, porque é exterior ao fato lingüístico, potanto não-estrutural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Ieda Maria. (1990). *Neologismo*. São Paulo: Ática.
- ARONOFF, Mark. (1976). *Word formation in generative grammar*. Massachusetts. MIT.
- BARBOSA, Maria Aparecida. (1981). *Língua e discurso: Contribuição aos estudos semântico-sintáticos*. São Paulo: Global.
- BASÍLIO, Margarida. (1991). Produtividade, função e fronteiras lexicais. *Anais da ANPOLL*. 5 : 70-73.
- CORBIN, Danielle. (1987). *Morphologie dérivationelle et structuration du lexique*. vol. 1. Lille: Presses Universitaire de Lille.
- ELSON, Benjamin e PICKETT, Velma. (1973). *Introdução à morfologia e à sintaxe*. Tradução de Aryon D. Rodrigues e outros. Petrópolis: Vozes.
- GALERY, Ivana Versiani. (1969). *Os Prefixos intensivos em grande sertão: Veredas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- GLEASON Jr., H. A. (s/d). *Introdução à lingüística descritiva*. Tradução de João Pinguelo. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- LLORACH, Emilio Alarcos. (1981). *Gramática estructural*. Madrid: Gredos.
- MARTINET, André. (1973). *Elementos de lingüística geral*. Tradução e adaptação de Jorge Morais-Barbosa. Lisboa: Sá da Costa.
- POTTIER, Bernard. (1962). *Systématique des éléments de relation*. Paris: Klincksieck.
- SANDMANN, Antônio José. (1989). *A Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor / Ícone Editora.